

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: MAIOR CONTROLE SOBRE O TRABALHO DOCENTE?**

Renally Vital da Costa<sup>1</sup> (PPGED/ UFCG)

Luciana Leandro da Silva (PPGED/ UFCG)

## **1. Introdução**

O presente trabalho tece algumas reflexões acerca da relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as políticas de avaliação em larga escala, as quais impõem determinados conteúdos e prioridades para as escolas. Esse estudo é parte de uma pesquisa mais ampla que busca identificar e analisar os desdobramentos do Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem no trabalho docente em escolas da rede municipal de Campina Grande – PB. Primeiramente, realizamos uma breve reflexão acerca da BNCC e avaliação externa em larga escala instituída no país. Em seguida, buscamos relacionar e analisar criticamente como essas diferentes políticas implementadas no campo da avaliação, do currículo e da gestão educacional tem concorrido para um maior controle do trabalho docente, cerceando a autonomia e privando as professoras da possibilidade de exercer a autoria de suas práticas. Trata-se de um tema de grande relevância e atualidade, pois relaciona o acirramento das políticas de avaliação com a BNCC, entendendo as mesmas como duas faces da mesma moeda, ou seja, possíveis estratégias para alterar a organização da escola e o trabalho docente.

Tendo em vista que essas políticas conduzem os professores/as a trabalharem determinados conteúdos e definem as prioridades a serem adotadas, nos questionamos: De que forma a política de avaliação externa e a BNCC se relacionam? Como esses mecanismos interferem na organização da escola e no trabalho docente? Será que concorrem para o aumento do controle sobre as escolas e sobre o trabalho docente?

## **2. Metodologia**

A coleta de dados foi feita por meio do estudo da produção acadêmica que analisa de forma crítica a Base Nacional Comum Curricular, procurando entender suas intencionalidades e suas relações com as políticas de avaliação externa.

---

<sup>11</sup> Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ.

Por meio da análise documental e da consulta a documentos primários, buscamos compreender as relações entre a BNCC e as políticas de avaliação, questões que consideramos de grande importância para a pesquisa mais ampla que está sendo realizada no âmbito do mestrado em educação.

### 3. Resultados e Discussões

Há cerca de quatro anos o Ministério da Educação (MEC) deu início às ações com vistas à construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), política pública que tem por objetivo, segundo a Pasta, estabelecer um conjunto de orientações para nortear os currículos das escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental do Brasil (FILHO, 2017). Após um longo e conturbado processo, tal documento foi aprovado em dezembro de 2017, com previsão para entrar em vigor em 2020<sup>2</sup>.

Os vários documentos que justificam a implantação dessa política ressaltam que a mesma está prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação (2014-2024). De acordo com informações oficiais, a Base foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a “valiosa participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil” (BRASIL, 2018). A consulta pública realizada pela internet deu origem à segunda versão do documento, mas é preciso lembrar que esse processo de elaboração foi interrompido pelo Golpe de 2016, o que fez com que fossem adotados rumos bastante diferentes. Ainda assim, o governo Temer agiu de forma enganosa, afirmando que o documento havia contado com mais de 12 milhões de contribuições, sendo que a 3ª versão lançada já não tinha relação com as contribuições dadas naquele primeiro momento. O documento aprovado afirma que a Base será um documento valioso para as redes e instituições de ensino, tendo em vista que, esse instrumento pode adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

A BNCC discorre acerca das competências e habilidades a serem trabalhadas com os alunos durante a educação infantil, ensino fundamental e médio. Dessa forma, a

---

<sup>2</sup>A BNCC do Ensino Médio acaba de ser aprovada em dezembro de 2018, demonstrando o grau de desarticulação, fragmentação e os complexos e divergentes interesses presentes no campo das políticas educacionais atuais.

noção de competências estará orientando todo o fazer pedagógico das escolas, como mostram as proposições para a organização curricular. Nesse sentido, o currículo e a escola são tratados de forma descontextualizada.

Ao pensar na Base como uma das estratégias que objetiva alterar a estrutura e o funcionamento das escolas e que esta percorre os currículos das escolas, podemos nos perguntar por que o currículo está no centro da atual reforma educacional e a que se deve essa centralidade.

Nesse estudo, compreendemos que as duas estratégias políticas aqui tratadas fazem parte de uma mesma ação política do Estado na tentativa de moldar a ordem formativa e ideológica existente na sociedade. Esse Estado força uma realidade pautada na meritocracia excludente, aprofundando as desigualdades. Isso acontece porque se trata de igual forma sujeitos diferentes, é o que acontece com a avaliação externa em larga escala que padroniza um processo de formação.

No Brasil, as iniciativas de avaliações externas ou em larga escala começaram a ser implantadas no final dos anos de 1980 e intensificadas na década de 1990, como parte do processo de reforma do Estado pautado na orientação neoliberal. A partir dos anos 1990, as políticas públicas federais para o setor educacional passaram a privilegiar a aplicação nacional de testes estandardizados apresentados como mecanismo eficaz para se conhecer e propiciar uma educação de qualidade. De acordo com Sousa (2008), essa política implanta uma lógica de gestão escolar pautada no controle dos produtos e resultados educacionais medidos pelo desempenho dos alunos em testes padronizados. Os resultados obtidos vêm sendo interpretados como um “indicador da eficiência da unidade escolar, em particular, e do sistema educacional, como um todo” (SOUSA, 2008, p. 266).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), instituído na década de 1990, ao longo dos mais de 25 anos de sua existência passou por diversos aprimoramentos, adaptações e alterações metodológicas. Nos anos 2000, uma das mais significativas mudanças foi a ampliação da população-alvo da avaliação, com a criação, no ano de 2005 de um estrato censitário para aplicação de instrumentos nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas. Esse aprimoramento permitiu a geração de resultados de desempenho por escolas e municípios.

Desde o início, essa política vem acompanhada de fortes induções e orientações curriculares, materializadas em forma de descritores e matrizes para que as escolas e professores possam conhecer e trabalhar os conteúdos que serão objetos de avaliação. Muitos estudos (SZATKOSKI, 2014; SILVA, NASCIMENTO & GONÇALVES, 2015; SILVA & HYPOLITO, 2017 entre outros) revelam que escolas de vários estados e municípios tem se concentrado em ensinar o que constitui os objetos de avaliação – leitura e resolução de problemas – e no formato da prova – com itens de múltipla escolha – no sentido de melhorar os resultados nos índices. Adota-se, assim, o chamado *Teach to the Test* ou “ensinar para a prova”, lógica que segundo Ravich (2011) fracassou nos Estados Unidos, mas que vem sendo implantada em outros países, como o Brasil, de forma unânime e quase incontestável.

Em síntese, estes estudos revelam que se impôs aos professores um trabalho diferenciado em prol da melhoria dos resultados nos testes, por meio da seleção e priorização dos conteúdos requeridos nas provas, aplicação de simulados, treinamento dos alunos para o preenchimento do gabarito e controle do tempo dos alunos para a realização das atividades de acordo com as exigências da aplicação da Prova Brasil.

Como se não bastasse, além das provas e exames nacionais e estaduais, muitos municípios tem construído suas próprias políticas de avaliação externa, replicando a política nacional: é o caso do município de Campina Grande (PB), que criou em 2015 um sistema próprio de avaliação, conhecido como Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem (SAMA). Silva e Hypolito (2017) identificaram que tal sistema tem se constituído como estratégia para preparar os alunos e professores para as avaliações externas.

Ao mesmo tempo, representantes da Secretária Municipal de Educação de CG vêm participando ativamente das discussões nacionais e desenvolvendo um intenso trabalho de alinhamento das políticas municipais ao conjunto de competências e habilidades requeridas pela BNCC. Dessa forma, entende-se que tende a ocorrer forte articulação entre as políticas de avaliação e de currículo no âmbito nacional e no município, as quais tendem a controlar o que e como se ensina, incidindo em maior controle sobre o trabalho docente, na medida em que tentam retirar destes a possibilidade de elaboração, planejamento e autoria acerca do seu trabalho cotidiano.

#### 4. Considerações Finais

Essa breve análise acerca da relação entre as políticas de avaliação em larga escala e a BNCC nos permite afirmar que se trata de duas faces de uma mesma moeda, pois impõem determinados conteúdos e prioridades para as escolas, definindo em grande parte o que ocorre dentro das salas de aula. Compreende-se que a BNCC ao ditar quais as competências e as habilidades que devem orientar os currículos das escolas brasileiras, funciona como mais um mecanismo, juntamente com as avaliações externas em larga escala, para controlar as escolas e o trabalho docente.

Desse modo, tende a se intensificar uma lógica que já vinha ocorrendo no interior das escolas, especialmente diante da obrigatoriedade de aplicação da BNCC: semuitas escolas já vinham treinando e mobilizando seus estudantes para se “saírem bem” nos testes, buscando atender as exigências das avaliações, agora terão mais um motivo para fazer tal alinhamento e regulação do trabalho docente ao que requer a BNCC. A Base dita os conteúdos, orientando os currículos, enquanto a avaliação externa trata de identificar se o que foi proposto tem sido efetivamente trabalhado pelos docentes em suas salas de aula. Mas, será que é mesmo possível controlar e governar plenamente o trabalho docente? De que forma poder-se-ia desenvolver formas de resistência, dado que o trabalho educativo se dá entre sujeitos históricos, reflexivos, ativos e capazes de questionar e alterar a sua realidade?

#### 5. Referências

- BRASIL. Relatório SAEB (ANEB E ANRESC) 2005-2015: Panorama da década. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- \_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: Acesso em: 07 dez 2018.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil (2009)*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pde/>>. Acesso em: 09out. 2017.
- FILHO, Manoel Alves. Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas: Processo de construção da BNCC é marcado por divergências. *Jornal da Unicamp* 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>>. Acesso em: 09 dez. 2018.
- RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SILVA, Andréia Ferreira da; GONÇALVES, Evany da Silva; NASCIMENTO, Micaelle Ribeiro do Nascimento. As iniciativas federais de avaliação externa da educação básica e seus desdobramentos nas políticas e nas práticas adotadas em uma

# VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

## AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA

### EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO:

### TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



escola municipal do Agreste paraibano. In: SILVA, Andréia Ferreira da. (org.). Educação Básica: Políticas de avaliação externa e outros temas. Campina Grande, PB:Ideia, 2015.

SILVA, Luciana Leandro da; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Regulação pública, lógica privada: repercussões da Prova Brasil na gestão e no currículo escolar em Campina Grande (PB). GT05 - Estado e Política Educacional – Trabalho 1302. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT05\\_1302.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT05_1302.pdf). Acesso em: 29 out. 2018.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 81-93, jan./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/126/229>> Acesso em: 09 set. 2017.

SZATKOSKI, Luciane. A Prova Brasil no cotidiano escolar. Didática e Prática de Ensino na relação com a sociedade. EdUECE – Livro 3. 00737. 2014. Disponível em:<<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/86%20A%20PROVA%20BRASIL%20NO%20COTIDIANO%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.